

HISTÓRIA DO CONTATO GUAIKURU: MUDANÇA E RESISTÊNCIA

Jaime G. Siqueira Jr.

Introdução

Desde o século XVI predomina na documentação histórica a menção de "Guaycurus" por sua conduta étnico-periférica se constituir num fator importante e permanente no processo sócio-econômico da região chaqueña (1). Tratava-se de um apelativo generalizado que não implicava uma identificação étnica, mas sim um determinado tipo de cultura, a de caçadores agressivos. Os Guaraní identificavam com este apelativo, sempre com um sentido etnicamente pejorativo, aos habitantes da margem chaqueña do rio Paraguai entre os rios Pilcomayo e Verde. Os documentos históricos dos séculos XVI e XVII referem-se à mesma zona, quando mencionam a "provincia Guaikuru", sendo que o apelativo Guaikuru tornou-se uma designação etno-ambiental chaqueña generalizada, sempre com referência específica às tribos hostis e guerreiras.

O Guaikuru era uma das famílias linguísticas mais extensivas do Chaco. Seus dialetos eram falados de Santa Fé na Argentina a Corumbá no Brasil, e dos rios Paraná e Paraguai aos Andes. As afinidades entre os vários dialetos dessa família são muito próximas, já sendo notadas pelos jesuítas. A família Guaikuru compreende vários grupos, todos com ethos de caçadores agressivos, ocupando preferencialmente a planície do Chaco ou apropriando-se do rio Paraguai: Toba, Abipon, Mocovi, Pilagá, Payaguá, Guasarapo e Eyiguayegi-Mbayá. Estes últimos dividiam-se em várias subtribos, que eram as seguintes em 1767: Apacachodegodegi, Lichagotegodi, Eyibegodegi e Cotocogegodegi, na margem oriental do Paraguai; na margem ocidental, no interior do Grande Chaco, ficavam os Guetiadegodi e os Cadiguegodi (cf. Sánchez-Labrador, 1910: 255-274), que por sua vez tem como representantes contemporâneos os Kadiwéu (2). Além da família Guaikuru, existiam ainda no complexo do Chaco os Mataco (Mataco, Choroti, Achluslai ou Chuluti e Macá), Zamuco (Guaranhoco, Moro, Chamacoco, Tsirakua, Potueiro), Mascói (Ilimaga, Kaskira, Sapuki, Sanapana, Augaité, Lengua), Lule Vilela (Lule, Vilela), Tupi (Tapiete) e Aruak (Guaná, Oxane).

A sociedade Mbayá-Guaikuru/Kadiwéu: passado e presente
Literatura sobre o assunto e contribuições etnológicas

Inúmeros autores já escreveram a respeito da arte, do modo de vida e da organização social dos Mbayá-Guaikuru, desde o relato de viajantes e missionários até os importantes trabalhos de Sánchez Labrador, Rodrigues do Prado, Boggiani, Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro, estes últimos já se referindo aos únicos Mbayá-Guaikuru situados à margem leste do rio Paraguai: os atuais Kadiwéu. Segundo Baldus, a monografia "História dos índios Cavalleiros ou da nação Guaycurú", escrita por Francisco Rodrigues do Prado em 1795, no real Presídio de Coimbra no rio Paraguai, de onde era comandante, é, sem favor, a obra mais importante sobre índios do Brasil redigida em língua portuguesa no século XVIII. Entre as contribuições à Etnologia brasileira produzidas nesse século, só a do jesuíta Sanchez-Labrador (1770), escrita em espanhol e tratando também dos Guaikuru, mereceria ser comparada a ela, sendo mais rica em dados que a memória do oficial português, mas por outro lado, mais influenciada pelo dogmatismo católico. Merece também especial destaque pelo grande número de informações que registra a memória do engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1803 no Forte Coimbra, então sob seu comando. Outras obras da mesma época, também de grande interesse são as de Félix de Azara (1809 e 1904), capitão Juan Francisco Aguirre (1898) e Francis de Castelnau (1850).

As fontes do final do século XIX e XX já se referem especificamente aos Kadiwéu. O artista italiano Guido Boggiani (1892 e 1897), registrou num diário fartamente ilustrado suas observações, obtidas de um longo convívio com os Kadiwéu. Vojtech Fric (1913) realizou pesquisas em 1904, especialmente sobre mitologia e religião. O encontro de Lévi-Strauss (1935) com esses índios foi curto, mas suficiente para que levantasse a hipótese de que essa sociedade procurava expressar simbolicamente através de sua arte, "as instituições que poderia ter" (cf. Lévi-Strauss, 1986: 191). Darcy Ribeiro (1948), por sua vez, produziu o material mais completo sobre a arte, a religião e o modo de vida Kadiwéu. Coletou também uma importante coleção etnográfica que, juntamente com a coleção de Boggiani depositada em museus da Itália, constituem excelentes exemplos da cultura material desse povo. Finalmente, Kalervo Oberg (1949) realizou uma monografia que trata da aculturação desse grupo e sua relação com os Terena. Entre os autores contemporâneos que realizaram compilações e estudos sobre a bibliografia etnográfica do Chaco, merecem destaque Alfred Métraux (1946), Branislava Susnik (1978, 1981, 1983) e John Hemming (1978). Já entre os historiadores dessa região, merecem atenção os trabalhos de Afonso de E. Taunay (1949, 1981), Sérgio Buarque de Holanda (1945, 1986) e Uacury Ribeiro de Assis Bastos (1978). Recentemente foi publicada uma interessante coletânea de narrativas Kadiwéu,

coletadas a partir do começo deste século por diversos pesquisadores, organizadas e classificadas mais tarde por Johannes Wilbert e Karin Simoneau (1989).

A literatura etnográfica confere destaque à análise da organização social deste grupo indígena, que teria desenvolvido uma estrutura mais complexa que a normalmente encontrada entre outras sociedades indígenas da América do Sul não-andina. Tratava-se de uma sociedade "senhorial" (termo utilizado com frequência pelas fontes históricas), que integrava os prisioneiros de guerra como cativos, a casta mais baixa da organização social Guaikuru, composta também pelos guerreiros e pela nobreza. Essa estratificação social, que se manifestava inclusive nos padrões de pintura corporal, vigora em outros moldes entre os atuais Kadiwéu. Hoje, as diferenças de status, perceptíveis entre determinadas famílias daquela área indígena, constroem-se a partir do acesso diferenciado à propriedade e aos contratos de arrendamento do território. Levantamos a hipótese de que esse acesso diferenciado é culturalmente definido, uma vez que a distribuição de poder político e econômico entre os Kadiwéu espelha a manutenção de aspectos dessa antiga estratificação social (3).

Os equestres e os canoieiros

Excetuando os Guasarapo, Abipon e Payaguá, que eram canoieiros pescadores, todas as outras tribos Guaikuru adotaram cavalo, tornando-se equestres, com as conseqüentes adaptações sócio-culturais que permitiam um expansionismo migratório em busca de periferias "vantajosas" e de estabelecimentos coloniais, explorando-os com uma agressividade organizada. Tal conduta pautada das tribos da família linguística Guaikuru circunstanciou a identificação do conceito de "indígena cruel e indomável" com o apelativo classificador Guaikuru. Os caçadores com a ideologia de uma mobilidade belicosa não pretendiam a posse da terra, mas a exploração circunstancial das vantagens que lhes oferecia o novo ambiente provincial. Desta maneira, constituíram-se num permanente "perigo Guaikuru" para os provinciais, que por sua vez, terminadas as ilusões da primeira metade do século XVI, limitaram-se à produção econômica disponível e sua respectiva defesa. Dois séculos de relações inter-étnicas Guaikuru-assunenhas caracterizavam-se por esta pauta de "agressão e defesa", significando duas posturas econômicas diferentes e incompatíveis, em pleno contraste com a rápida integração, biológica ou social das populações que praticavam o cultivo neolítico.

O ethos da violência dos Guaikuru se baseava na sua própria tradição mitológica: quando o ser supremo Gô-noêno-hôdi, decidiu criar os homens, tirou primeiro da terra os Guaná, depois as outras tribos; aos primeiros deu a

agricultura em partilha, dando a caça aos segundos. O Engenador, representado pela figura do "Caracará", que é outra divindade do panteão indígena, apercebeu-se então de que os Mbayá tinham sido esquecidos no fundo do buraco, de onde os fez sair. Como nada ficava para eles, tiveram o direito à única função ainda disponível, a de oprimir e explorar os outros. A transmissão dessa ideologia tribal exigiu um contínuo doutrinamento guerreiro dos jovens.

A adoção do cavalo significava para muitos grupos indígenas chaguenhos uma profunda mudança social, mas estreitamente ligada com as condições de subsistência do ambiente crioulo colonial. Os grupos pertencentes à família linguística Guaikuru destacavam-se já como pedestres por seu ethos de "campeiros agressivos". Eles rapidamente compreenderam as vantagens do complexo "cavalo-lança-jinete", que chegou a satisfazer suas ambições naturais: a rapidez dos deslocamentos, a eficácia de novas táticas empregadas nas caçadas, a segurança de vitórias sobre seus vizinhos pedestres, o ethos da superioridade étnica, a auto-exaltação do homem guerreiro e logo, a igualdade competitiva com os colonizadores crioulos.

Os grupos equestres podem dividir-se em três: 1) os do sul: Abipon, Mocovi e Toba; 2) os do norte: os Eyiguayegi-Mbayá, com a particularidade de associarem a seus "vassallos", os cultivadores Chané e integrar uma classe de "cativos"; 3) o grupo central foi representado pelos Lengua e os Enimagá. No século XVI, os Mbayá já adotaram o cavalo; as relações dos Eyiguayegi-Mbayá do norte com os Eyiguayiqui do sul e fronteiriços do núcleo assuncenho permitiam a aquisição de cavalos.

O aventureiro alemão Ulrich Schmidel, que atravessou o Chaco em 1542, comparou as relações que observara entre os grupos Mbayá-Guaikuru e outros índios, com as que existiam entre camponeses e nobres de sua pátria. Essas tendências de domínio seriam extraordinariamente desenvolvidas nos anos seguintes, com a adoção do cavalo, no que foram pioneiros na América do Sul. Estavam organizados em castas: no cume da escala social encontravam-se os nobres, divididos em duas ordens, grandes nobres hereditários e indivíduos enobrecidos. Em seguida vinham os guerreiros e depois os cativos Chamacoco, Guaná e de outros povos, que eram capturados nas batalhas inter-tribais e incorporados na comunidade na condição de servos.

Em recente estudo, Bárbara Ganson revela que pelo menos desde 1535 os agentes colonizadores de Castela mantinham contato com a população Payaguá. Desde então, data da primeira referência ao grupo, jesuítas e colonizadores tentaram, sem nenhum sucesso, a aproximação. Um prolongado relacionamento hostil com Castela prepara o encontro dos Payaguá com as embarcações monçoeiras portuguesas no século XVIII, tempo que habilita o grupo nas artes da resistência (4).

No fim do século XVII e começo do século XVIII, os Payaguá dominavam o rio Paraguai; suas frotas guerreiras de

vingte ou mais canoas, seu comboio de canoas com mercadorias para troca em Assunción ou simples canoas pesqueiras, moviam-se com plena liberdade e segurança pelo curso do rio Paraguai. Os Payaguá pertencem à família linguística Guaikuru, representando um grupo com características destacadas de canoeiros-pescadores-corsários fluviais. Na época do Paraguai colonial, eles foram os verdadeiros dominadores do curso do rio Paraguai, recorrendo-o continuamente em suas canoas, manifestando sempre hostilidade e trato astuto com os provinciais.

As frentes de expansão e ocupação econômica

Apesar do processo de colonização do Brasil dar-se pelo prolongamento da expansão mercantil européia no correr dos séculos XVI, XVII e XVIII, a etapa inicial da história de Mato Grosso, por outro lado, esteve estreitamente vinculada à iniciativa privada.

A busca de metais preciosos fascinou os colonos portugueses desde as suas primeiras incursões pelo interior da colônia. O movimento das bandeiras paulistas desempenhou um papel de grande destaque nesse processo de interiorização da colonização. Foi através das bandeiras de apresamento de índios que os colonos paulistas tiveram contato com uma região praticamente desconhecida e que viria a ser mais tarde as terras de Mato Grosso. Ainda no correr do século XVII até começos do XVIII, a procura de indígenas mobilizou levadas de bandeirantes paulistas para esta região, até que Pascoal Moreira Cabral, em 1719, perseguindo nativos para aprisioná-los e escravizá-los, encontrou ouro às margens do rio Coxipó.

Partindo de São Paulo, organizaram-se as "monções", percorrendo os "caminhos que andam" (a via fluvial), para atingir depois de muito "trabalho, fome e sofrimento", segundo Leverger, as minas de Cuiabá. Tendo como ponto de partida a descoberta das minas do Coxipó, as monções surgiram já numa fase de declínio do bandeirantismo e com intenções claramente expansionistas.

A ocupação de Mato Grosso, orientada principalmente pelos interesses da iniciativa privada a partir da descoberta do ouro de Cuiabá, mobilizou uma população oriunda de outras partes da colônia e provocou também uma ação deliberada da administração portuguesa para assegurar a sua supremacia sobre a região. O impacto causado pelo rápido fluxo migratório e a constante busca do ouro fácil (de aluvião), possibilitou, por sua vez, o aparecimento de distorções cujas consequências marcaram acentuadamente a vida sócio-econômica e política de Mato Grosso. Os caçadores de fortuna tinham que viajar acima e abaixo dos rios Tietê, Inhaúui, Aquidauana, Paraguai e Cuiabá para chegar ao El Dorado. Muitos morriam pelo caminho, não só em função de

fome e doenças, mas também pelo fato dos Guaikuru dominarem a terra em ambas as margens do rio Paraguai e os seus aliados Payaguá controlarem o mesmo rio e os labirintos aquáticos do Pantanal.

A primeira fase de exploração do ouro em Mato Grosso compreendeu o ciclo do ouro cuiabano, de curta duração. A decadência da produção de Cuiabá já se fez sentir por volta de 1728, motivando uma progressiva evasão da população cuiabana em busca de novos sítios auríferos. Com a descoberta do ouro na região guaporeana, iniciou-se um segundo ciclo do ouro, motivando em 1748, por ato de D. João V a criação da Capitania de Mato Grosso independente de São Paulo.

A descoberta e a exploração do ouro na região mato-grossense foi um dos vários fatores que influenciou a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e uma nova demarcação dos limites dos impérios luso e castelhano. Posteriormente, mas dentro dos mesmos objetivos, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (o quarto capitão-general de Mato Grosso), mandou fundar os fortes de Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776), e a povoação de Corumbá (em 1778 inicialmente Albuquerque), visando proteger os núcleos mineiros e os súditos de Portugal e preservando seus interesses mercantilistas.

As consequências da decadência da mineração em Mato Grosso foram sentidas por longo tempo e teve profunda e marcante presença no quadro sócio-econômico e político da região até meados dos século XIX, resultando em relações de violência que caracterizaram o processo de ocupação e desenvolvimento da Província, desde os fins do período colonial até o período regencial, culminando com a Rebelião Cuiabana, em 1834.

A invasão paraguaia em território sul-matogrossense foi um divisor de águas no processo de ocupação da fronteira oeste e imprimiu profundas marcas no desenvolvimento da região. Assim, provocando a ruptura do processo de ocupação colonial de Mato Grosso e transformações significativas no setor econômico, a região passou a partir de então a receber influência direta do comércio importador-exportador platino. Uma das consequências mais relevantes do conflito foi a internacionalização das águas dos rio Paraguai até o Porto de Corumbá, que se tornou no período subsequente o mais importante entreposto comercial de Mato Grosso.

Enfim, o período que se inaugurou em Mato Grosso após a guerra com o Paraguai (1865-1870) caracterizou-se não somente por transformações de ordem econômica, como um ensaio de participação mais direta de capitais estrangeiros, como também forjou a formação de novos grupos sociais. O surgimento de uma sociedade mais tipicamente capitalista - de classes - emergiu, portanto, da própria evolução histórica da região, com sua herança colonial e seu "modus vivendi" característico de área de fronteira.

Uma outra onda humana, mais contemporânea, teve seu início com a ligação São Paulo - Porto Esperança pela

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Sua construção, começada em 1905, em Bauru (SP), e em 1908, em Porto Esperança (MS), só foi completada em 1914, quando os trilhos provenientes do ocidente e do oriente se encontraram. As possibilidades de desenvolvimento econômico da região aumentaram bastante e passaram com isso a atrair contingentes humanos cada vez maiores. O incremento econômico e demográfico que a NOB levou a Mato Grosso mudou a paisagem urbana regional, estimulou a criação de novos núcleos populacionais, que iam nascendo às margens da estrada, e impôs assim um caráter especial à configuração indígena daquela extensa área do Brasil meridional.

Histórico do contato

As explorações, as conquistas militares, as missões religiosas e as tentativas de paz

As primeiras expedições que atravessaram o Grande Chaco no começo do século XVI, à procura de um caminho para as lendárias montanhas de ouro do Peru encontraram os Guaikuru vivendo da caça, da pesca, da coleta e do saque, nas terras baixas e alagadiças, ao longo do rio Paraguai. Os Guaikuru travaram contato com os europeus desde os primeiros dias da conquista. Foram provavelmente eles que mataram Aleixo Garcia em 1526 e comercializaram a prata que ele trazia do Peru.

A história do Chaco no século XVI não pode ser tratada separadamente da conquista do Rio da Prata. Assunción foi fundada em 1536 somente para ser uma base conveniente para a exploração do Chaco. Os principais eventos que marcaram esse período foram: a trágica expedição de Juan de Ayolas, em 1537-39, que cruzou o Chaco até as terras dos Chané, mas ao retornar foi massacrada próximo à La Candelária pelos índios Payaguá; os 26 dias de expedição de Domingo Martínez de Irala de San Sebastian, 8 léguas (24 milhas) ao sul de La Candelária, 1540; a expedição de Alvar Nunez Cabeza de Vaca contra os Mbayá-Guaikuru em 1542; a expedição de reconhecimento de Domingo Martínez de Irala em 1542 para o Porto de los Reyes; a expedição de Alvar Nunez Cabeza de Vaca, 1543-44, subindo o rio Paraguai, na vã tentativa de cruzar o Chaco do norte; o ataque de surpresa de Nufrio de Chavez pelo território dos Mbayá, 1545, e sua jornada pelo rio Pilcomayo, 1546; a marcha de Domingo Martínez de Irala, 1548-49, do Cerro San Fernando através dos territórios dos Naperú, Mbayá, e Chané até as terras dos Tamacosí no rio Grande; e a "mala entrada" de 1553, a inútil jornada de 150 léguas (450 milhas) de Cerro San Fernando cruzando o norte chaquenho e a orla sul de Chiquitos. Depois da fundação de Santa Cruz de la Sierra, 1561, próxima a San José de Chiquitos, a comunicação estava aberta entre o rio Paraguai

e os Andes, e entre a Bacia da Prata e o sistema de águas amazônico. Frustrados em suas expectativas de conquistar o Peru, os conquistadores do rio de la Plata voltaram suas atenções para o descobrimento das terras míticas do "Gran Mojos" e do "Faititi".

Durante o século XVII, os espanhóis do Paraguai organizaram várias expedições de punição contra os Payaguá e os Mbayá, que por sua vez, estando dentro de suas terras colocavam-se contra os colonizadores. No outro lado do Chaco, o governador de Tucumán, Angel de Peredo, organizou uma grande viagem, em 1673, contra os índios do alto Bermejo e rio Pilcomayo. Três colunas entraram no Chaco mas recuaram depois de aprisionarem alguns índios e mataram outros poucos (5).

Na primeira metade do século XVII os jesuítas fundaram missões destinadas aos índios e tentaram insistentemente convertê-los ao cristianismo, mas essas tentativas não foram coroadas de sucesso. Os jesuítas não conseguiram nem mesmo conter os vários bandos Mbayá, continuamente em guerra contra eles e foi impossível controlá-los quando em 1661 atravessaram o rio Paraguai atacando a província de Itatins. Destruíram então a Missão de Santa Maria da Fé e saquearam a cidade de Xerez.

Na segunda metade desse mesmo século, os bandeirantes entraram no sertão de Vacaria e frequentemente entravam em choque com os espanhóis do Paraguai. Em 1682 estabeleceram uma base perto das ruínas de Xerez em Mboteteu, mas os índios Payaguá, Guaikuru e Kaiapó eram um grande problema para espanhóis e portugueses desta região.

A existência de Belém, fundada pelo pe. jesuíta Sanchez-Labrador tendo por objetivo a catequese dos Mbayá, foi de curta duração. Iniciada em 1760 foi abandonada em 1767, ano da expulsão dos jesuítas. Entretanto, contribuiu para que os espanhóis encontrassem posteriormente enorme acolhida quando da instalação de Concepcion.

As missões jesuítas funcionaram bem com os Guaraní, mas não foram bem aceitas pelos Guaikuru, o que ocasionou um grande número de missionários assassinados. As missões paraguaias foram as mais bem sucedidas na tentativa de conversão e aculturação dos índios da América do Sul. Além da missão de Belém do pe. Sanchez-Labrador, podemos destacar outras missões que se instalaram entre os Guaikuru do Chaco, a partir de 1750: Florian Fauke entre os Mocovi (1752-67); José Joliz entre os Sud (1760-67); Martín Dobritshoffer entre os Abipon (1762-65); os franciscanos se instalaram ao sul do Bermejo, junto aos Toba e Mataco (1780); missões protestantes (South American Evangelical Society) atuam entre os Lengua, Mataco e Toba (1887); missões protestantes alemãs (Ordem dos Oblates) atuam entre os Aschlusa (1887); salesianos italianos e missões franciscanas entre os Toba (1920).

A penetração dos brasileiros processou-se no final do século XVIII, através da fundação do presídio de Miranda. Coimbra, estabelecimento brasileiro em terra dos Mbayá, está situado à margem direita do rio Paraguai, em região em que sempre estiveram os Guaikuru. Constitue aspecto importante no estabelecimento de relações cordiais entre brasileiros e os Mbayá, o termo firmado em Vila Bela entre os colonizadores portugueses e os Mbayá-Guaikuru, em 01 de agosto de 1791. Apesar de vago e impreciso, o acordo firmado entre João de Albuquerque e a liderança "Queima" permite esclarecer alguns pontos e mantêm-se como um evento praticamente sem precedentes na historiografia indígena do Brasil. Por ele os Mbayá eram declarados súditos da Coroa portuguesa e sob sua proteção. Ao mesmo tempo é definido como território no qual habitam os referidos índios, o compreendido entre os Mboteteu e o Ipanê, consagrando de certa forma a "terra Mbayá" (6).

É nitida a intenção do colonizador de criar uma espécie de suzerania sobre um território dominado por um poderoso grupo indígena. As próprias negociações realizadas em Vila Bela mostram o quanto o capitão general João de Albuquerque se empenhou em consolidar as relações entre o seu governo e o grupo indígena chefiado pelo "principal" Queima. Tais negociações evidenciam até que ponto na região colonial portuguesa era considerada a existência de uma área sob domínio dos Guaikuru. O território compreendido entre o Apa e o Miranda permaneceu domínio Guaikuru até a Guerra do Paraguai. Somente após o término do conflito inciou-se a implantação de fazendas de pecuária na região.

O governador intendente do Paraguai, Joachim Alós em seu informe de 1792, refere-se insistentemente aos Mbayá. De maneira semelhante ao capitão general de Mato Grosso, Alós estabelece paz com os Mbayá radicados ao norte do Ipanê e reconhece como pertencente a esse grupo indígena o território circundante ao Itapucu-guaçu. E de forma análoga a de João Albuquerque, que estabeleceu um termo de paz com os Guaikuru passando a considerá-los vassallos e os territórios por eles ocupados pertencente à capitania de Mato Grosso; Alós reivindicava a região sob domínio dos Mbayá guaçu como pertencentes à Espanha; isto é, o território circunjascente ao Itapucu-guaçu (Pão de Açúcar).

O avanço da ocupação espanhola na região efetuou-se através de concessões do "mercedes" de terras com a obrigatoriedade dos beneficiados arcarem com a responsabilidade da defesa do território. Este último aspecto constituiu a diferença essencial entre os dois sistemas de colonização: o espanhol e o português. A penetração deste último no vale médio do Paraguai processou-se através de presídios guarnecidos por tropas regulares, remuneradas e abastecidas com gêneros provenientes de outras áreas. Por suas características os fortes brasileiros não entravam em conflito com os interesses indígenas.

Por outro lado, a colonização portuguesa apresentou diferenças de uma região para outra. Na capitania de Mato

Grosso a mineração permitia poder aquisitivo suficiente para utilização de escravo negro, razão pela qual a política do colonizador em relação ao índio foi mais branda. No caso específico dos Guaikuru, os governadores perceberam que a solução era a de respeito mútuo, sendo que essa atitude fez com que se estabelecesse um "modus vivendi" entre os dois grupos humanos.

No início do século XIX a hostilidade Guaikuru manifestava-se novamente, com os constantes ataques dos Mbayá ao Forte Coimbra, como testemunhou seu comandante Almeida Serra em 1803. Relata-nos também este comandante a intensidade da chacina levada a efeito pelos espanhóis entre os Guaikuru. Narra o cronista que de 1793 até 1803, os Guaikuru faziam estragos na proporção em que os espanhóis avançavam com suas fazendas, levando-as a recuar ou mesmo destruindo-as e apoderando-se de cerca de vinte mil cavalos, algumas vacas, etc.. Organizaram então os espanhóis duas expedições de chacina em 1796, matando o célebre capitão Guaikuru Queimá (que havia assinado o já citado tratado de paz com os portugueses em 1791), mais dez capitães e 300 índios; em 1797, outra ainda maior, comandada pelo cel. José Espínola, levando-os até o rio Mondego e retomando seis mil animais, o que demonstra ainda, o grande rebanho que esses índios chegaram a possuir (cf. Almeida Serra, 1850: 383). A história do Chaco Central no século XIX foi marcada por lentos mas sistemáticos avanços do exército Argentino e colonizadores através do rio Pilcomayo. Na Argentina e Bolívia a colonização do Chaco foi baseada na elevação de fortes. A característica desta ocupação levou-os a diversos conflitos com os Guaikuru, que assaltavam os fortes, ofendidos com a usurpação de seus campos.

A política indigenista colonial, vigente até fins do século XIX, estava preocupada com a pacificação dos grupos tribais daquela área, seu aliciamento às lutas que se travavam com os espanhóis ou, mesmo, sua neutralização. Como já se destacou, tal política baseava-se na fundação de fortes (como Coimbra, Miranda e Albuquerque) e no estímulo ao trabalho missionário junto àqueles grupos indígenas, com o intuito de lhes "melhorar a índole". Mas apesar de todo o interesse em transformar também os índios numa população produtora de bens de consumo, e de todos os planos elaborados no sentido de assisti-los (cf. Almeida Serra, 1850: 391-93), as autoridades da Colônia não chegaram a desenvolver uma política de cunho assistencial, por mais precária que fosse.

No século XX, a esperança da Bolívia em encontrar uma saída para o mar através das planícies do Chaco resultou no estabelecimento de uma linha de pequenos fortes, que era continuamente empurrada na direção leste. Os paraguaios, simultaneamente, avançavam na direção oeste para garantir seus direitos nas terras conquistadas. Durante a guerra de

1932-1935, a presença de dois exércitos em guerra no Chaco trouxe grande perda de vida e de terras para os índios.

A resistência Guaikuru e o processo de mudança social

As hostilidades entre espanhóis e os Mbayá tiveram início em 1653. Por volta de 1661 os Mbayá atravessam o rio Paraguai e destroem a missão de Santa Maria da Fé; alguns permanecem no território conquistado, outros voltam para o Chaco. Nas décadas seguintes conquistaram várias áreas, continuaram atacando as missões e ameaçando Assunción e, em 1751 destroem a cidade de Curiquati, matando quase toda a população. Os Mbayá do leste e sul fizeram acordo de paz com os espanhóis em 1756, renovado em 1774 e os Mbayá do oeste continuaram seus ataques até a expulsão dos jesuítas em 1767. Mantiveram importante aliança com os Payaguá, que enquanto canoeiros e "piratas dos rios", emboscavam mineiros e colonizadores que viajavam de São Paulo para Mato Grosso nos rios Tucuary e Cuiabá. Em 1768 o poder Mbayá entra em declínio quando essa aliança é rompida, mas continuaram os ataques, chegando a matar em menos de um século cerca de 4.000 portugueses.

No instante do estabelecimento das primeiras monções, já se notara a presença dos Mbayá muitas vezes aliados aos Payaguá, na guerra de rapina que aqueles praticavam. Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres chega a levantar a dúvida quanto aos verdadeiros causadores do abandono das missões de Itatins: paulistas ou Guaikuru? A própria região de Itatins era favorável à infiltração de populações que desejassem mover luta sem quartel aos inimigos europeus, pois possuíam a Serra da Bodoquena (onde está localizada atualmente a principal aldeia Kadiwéu). Nesta os índios encontravam condições ideais de sobrevivência. O estabelecimento dos Mbayá em Itatins acarretou a formação de uma grande fronteira indígena a bloquear a expansão assuncencha em direção ao norte, ocasionando o próprio recuo da colonização. A "Terra Mbayânica", na caracterização de Uacury Ribeiro de Assis Bastos, foi mais um importante elemento de imobilização da população paraguaia.

A ocupação da região compreendida entre o Taquari e Jejui, durante o domínio dos Mbayá-Guaikuru, foi muito importante para a formação territorial do Brasil. A presença desses índios, radicados nessa região desde o final do século XVII e começo do XVIII, afigurou-se como um fator essencial no encaminhamento da partilha do Vale do Paraguai entre brasileiros e paraguaios. Essa presença no território que anteriormente havia sido ocupado pelos Itatins, revolucionou a distribuição demográfica indígena no vale.

No início do século XIX alguns Mbayá mudam-se para o sul e por muitos anos aproveitaram das rivalidades entre portugueses e espanhóis para obterem favores de ambos os

lados. Apesar de eventuais alianças, recomeçaram suas hostilidades contra os paraguaios e durante os anos 1814 e 1840 atacaram San Salvador e ameaçaram Concepción.

Os Kadiwéu lutaram ao lado dos brasileiros na guerra contra o Paraguai e atacaram a região do rio Apa, onde o ditador Lopes do Paraguai havia construído fortes, destruindo a cidade de San Salvador. Os Kadiwéu atuais dão grande importância à participação de seus antepassados nessa guerra, em função da qual ganharam o território que habitam atualmente (7). "...prá nós conseguir esse campo custou sangue dos nossos avós, esse campo ninguém toma, o branco não pode tomar, que esse campo custou o nosso sangue, o sangue dos nossos avós" (André Kadiwéu, 1988).

Depois que pararam de guerrear e se sedentarizaram, a sociedade Kadiwéu passou por um processo acelerado de mudanças, ocasionado pela adaptação a outras atividades econômicas e pela própria mudança de atitudes de suas lideranças no relacionamento com os não-índios. Durante este século, também enfrentaram inúmeros invasores mas foram intransigentes na defesa de seu território, recorrendo inclusive à histórica agressividade de seus ancestrais quando necessário (8).

De todos os aspectos da organização social e cultural dos Kadiwéu, escolhidos como "sinais diacríticos" na história de sua relação inter-étnica para a construção de sua identidade, o território se constitui talvez num dos elementos mais importantes; visto ser considerado indispensável à sua integridade física e sócio-cultural, entendido como dimensão espacial de populações humanas socialmente organizadas (cf. Seeger e Viveiros de Castro, 1979).

Cada situação tem uma dinâmica própria e sugere políticas de defesa também específicas. Além disso é possível supor que o grau de consciência étnica de um determinado grupo varia de modo diretamente proporcional ao grau de controle que ainda dispõe sobre seu território e o tipo e grau de pressões que ameaçam este território. Outras variáveis relevantes são a situação histórica do contato, o grau de domínio dos códigos culturais brasileiros, o tipo de agência mediadora entre a comunidade e a sociedade nacional. A questão que se coloca para os Kadiwéu, portanto, é a das formas e condições de mediação entre os processos internos à comunidade indígena e a sociedade envolvente.

Notas

(1) O material bibliográfico e a documentação histórica disponíveis sobre os "Guaikuru do Chaco" são bastante extensos, haja visto que a partir da metade do século XVI já existem relatos dos colonizadores sobre esses encontros inter-étnicos. Os limites deste artigo não permitem evidentemente que se possa dar conta da totalidade desse material. O que se pretende é traçar um perfil da história do contato Guaikuru, com especial atenção para o subgrupo Mbayá, cujos remanescentes atuais no Brasil são os Kadiwéu, com os quais venho desenvolvendo pesquisa desde 1986. Também será dado destaque às questões referentes à territorialidade desse grupo, historicamente caracterizada como um principais elementos definidores de sua identidade, assim como buscar pistas para entender como se deu o movimento de resistência e mudanças desse povo no seu contato com os não-índios.

(2) Os Kadiwéu (Ediu-adig) localizam-se ao sul do Pantanal, no estado do Mato Grosso do Sul e contam com uma população de aproximadamente 1.070 pessoas (FUNAI: 1989), distribuída entre as fazendas da reserva e quatro aldeias: Bodoquena, Tomázia, Campina e São João. Pertencem à família linguística Mbayá-Guaikuru. Conhecidos historicamente como "índios Cavaleiros" pelo fato de usarem extraordinariamente o cavalo em suas batalhas, combateram na Guerra do Paraguai, distanciando-se progressivamente, durante esse período, de seu território chaquenho. As terras que habitam atualmente, entre a Serra da Bodoquena e os rios Niutaca, Nabileque, Paraguai e Aquidaban, lhes foram doadas por D. Pedro II, pela valorosa atuação dos guerreiros Kadiwéu contra o Paraguai.

(3) Os aspectos do antigo modo de vida dos Guaikuru e dos grupos chaquenhos encontram-se descritos em vasto material bibliográfico, inexistindo porém trabalhos recentes a respeito dos seus remanescentes no Brasil. Mesmo os trabalhos mais contemporâneos (Ribeiro, 1948) realizam apenas uma comparação passado-presente, não discutindo a mudança enquanto processo, assim como também não entram na discussão da identidade e nem da permanência da cultura Kadiwéu.

(4) Entre as técnicas desenvolvidas pelos Payaguá, relacionam-se a metalização das armas, as alianças com outros grupos contra a penetração dos europeus e as técnicas de combate nos rios, estratégias de sobrevivência que os Payaguá no século XVIII utilizarão nas possessões portuguesas. Os Payaguá dividiam-se em dois grupos

principais. O grupo do norte, o Cadigué ou Sarigué, que tinha três acampamentos na região de Itapucu. O grupo do sul, composto pelos Magach, Tacumbú ou Siacuás. Em 1820 eram apenas 200 e atualmente estão completamente extintos.

(5) Outro fato de grande importância para a história do Chaco, já no século XVIII, foi a campanha de outro governador de Tucumán, ésteban Urizar y Arespacochaga, 1710, tendo como resultado a subjugação de muitas tribos, principalmente os Lule-Vilela do baixo Bermejo, e levou à pacificação de outros grupos. Em 1759 o governador de Tucumán, Joaquín Espinosa y Davalos, avança sobre o Chaco no sentido de encontrar outra expedição vinda de Corrientes; ele seguiu o curso do rio Bermejo mas não chegou na sua foz. Em 1764, Miguel Arrascaeta avança sobre Lacangayé mas foi forçado pelos índios a retroceder. A expedição Matorras em 1774 através do rio Bermejo terminou em algum lugar abaixo do Lacangayé. D. Francisco Gabino Arias fundou em 1780 a missão de Nuestra Señora de los Dolores de Lacangayé para os Mocovi e a de São Bernardo para os Toba. No ano seguinte Arias, juntamente com o padre Francisco Morillo, descem o rio Bermejo de Lacangayé até o rio Paraná, completando a exploração do seu curso.

(6) Alguns trechos do Tratado de Paz de 1791, estabelecido entre os portugueses e os Mbayá-Guaikuru: "...Desejando a Nação do Gentio Guaikuru, ou cavaleiros que habitam o terreno que forma a margem oriental do rio Paraguay, desde o rio Mondego antes denominado Mboteteu, e mais rios intermediários, até a margem boreal do rio Ipanê, por dar não só uma evidente prova de seu reconhecimento, gratidão e sensibilidade pelo bom tratamento e repetidos benefícios que ultimamente tem recebido dos portugueses, em consequência das ordens do Ilmo. Exemo. Snr. General de Mato Grosso e Cuiabá, dadas e muito recomendadas para o dito fim, ao sargento mor engenheiro Joaquim Ferreira... Protestavam e prometiam de hoje para todo o sempre nas mãos do Exmo. Snr. Governador e Cap. Gen. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, manter com os portugueses a mais íntima amizade e paz e inviolavelmente guardarem e tributarem a S.M.F. a mais respeitosa fidelidade e obediência, assim e da mesma forma que lhes tributam seus vassallos. E sendo lhes perguntado de ordem do snr. sargento mor Ricardo Franco de Almeida Serra, se era nascida de sua livre vontade de moto próprio a obediência que prestavam a S.M.F., e como também se queriam ficar sujeitos do mesmo augusto senhor, ficando amigos para desta forma gozarem livre e seguramente de todos os bens, comodidades e privilégios..." (Rodrigues do Prado, 1839: 44-45).

(7) O território Kadiwéu já era legítima e legalmente reservado por força do Alvará de 1 de abril de 1680, que nunca foi revogado; o Tratado de 1791 também reconhecia oficialmente o território que habitavam. Em 1889, o engenheiro José Alves Barros Maciel mediu e demarcou as terras Kadiwéu e em 1891 já eram possuídas a título legítimo. A 7 de agosto de 1903 a medição da área foi aprovada pelo governador de Mato Grosso, coronel Antônio Pedro Alves Barros. Em 1931, o interventor Antônio Mena Gonçalves ratifica a medição realizada em 1899-1900 e reiterada em 1903, através do decreto n. 54 de 01/04/31. Entre 1957-58 a Assembléia Legislativa de Mato Grosso propôs a redução da área para 100.000 hectares e em 30 de agosto de 1961 o Tribunal Federal deu ganho de causa aos índios. A demarcação foi finalmente homologada pelo decreto n. 89.578 de 24/04/84, num total de mais de 538.000 hectares.

(8) O depoimento de um Kadiwéu no começo do século, coletado por Fric é bastante esclarecedor:

"Em 1872 chegou à Assunção um barco a vapor, "Villa Maria". Ancorou em um ponto chamado Ealanokodi, o atual Barranco Branco. Existia ali o vilarejo do Caduveo. Era fevereiro. Em novembro vieram novos brancos e com eles Malheiros. Começou a se negociar. Ele (Malheiros) fez um contrato com os Caduveo e pagou 300 mil réis para a fundação do aldeamento do Nalique. Os índios aceitaram trabalhar na fazenda. Esta existe até hoje. Malheiros era um velho português que se estabeleceu entre os Caduveo e que comerciava a aguardente. Ele foi por cerca de 20 anos o "diretor dos índios Caduveo" e recebeu uma quantidade considerável de terras. Ele aumentou cada vez mais a sua fazenda pegando terras dos índios. Neste período morreu Itakadavana, chamado Capitão, o famosíssimo chefe. Seu filho Capitãozinho era ainda muito jovem. Ele não podia reinar. Eis porque os Caduveo foram guiados pelo velho Nauvilla, que combateu na guerra do Paraguai.(...) Enfim, ele combateu contra Malheiros de Barranco Branco.(...) Chegou Boggiani. Ele tratou com Malheiros e com os Caduveo. Os Caduveo confiaram nele (acreditaram em suas palavras) e foram trabalhar nas plantações. Isto durou um ano e meio. Malheiros novamente transgrediu o combinado e enviou mais uma vez os soldados com três canhões.(...) Capitãozinho era o traidor porque suportava Malheiros. Somente algum tempo depois foi que um filho que ele tinha tido com uma escrava, se revoltou e fugiu com os outros. Ele fundou nas montanhas (Serra Bodoquena) um vilarejo fortificado, Tarumá.(...) O novo chefe foi João Apolinário".

Bibliografia

- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de - "Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes". RIHGB, vol. 7, 1845.
- "Continuação do parecer sobre os índios Uaicurús, Guanás, etc..." RIHGB, vol. 13, 1850.
- ASSIS BASTOS, Uacury Ribeiro de - Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801). SP, Bol. n. 4 (Nova Série), Depto. de História da FFLCH/USP, 1979.
- AZARA, Félix de - Descripción e história del Paraguai y del Rio de la Plata. 1809. Buenos Aires, Biblioteca Histórica Colonial, II, 1943.
- BOGGIANI, Guido - Os Caduveos. Belo Horizonte, Liv. Itatiaia/Edusp, 1975.
- CASTELNAU, Francis de - Expedição às regiões centrais da América do Sul. SP, Col. Brasiliana, vols. 266/266-A, 1949.
- FRIC, Jójtech A. - "Onoenrgodi - Gott und idole der Kad'uveo in Mato Grosso" - Proceedings of the XVIII Session, International Congress of Americanists. Londres, vol. II, pgs. 397-407.
- GANSON, Bárbara - "The Evuevi of Paraguay: adaptative strategies and responses to colonialism, 1528-1811, in: The Americas, vol. XLV, n. 4, pgs. 461-88, 1989.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz - Seiscentas léguas a pé (A campanha do Apa). Campo Grande/MS, Tribunal de Justiça do MS, 1988.
- HEMMING, John - Red Gold. The conquest of the brazilian indians, 1500-1760. Cambridge, Harvard University Press, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de - Monções. RJ, Ed. Casa do Estudante, 1945.
- O Extremo Oeste. SP, Brasiliense/Sec. de Estado da Cultura, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude - "Uma sociedade indígena e seu estilo", in: Tristes Trópicos. Lisboa, Ed. 70, 1986.

LOUKOTKA, Chestmir - "Contribuciones a la linguística sudamericana. Vocabulários inéditos o poco conocidos de los idiomas Rankelche, Guahibo, Piaroa, Toba, Pilagá, Tumanahá, Kaduveo, etc.", in: Rev. Inst. Etnol. Univ. Nacional Tucumán, vol. I, pgs. 75-106.

LOZANO, Pedro - História de la conquista del Paraguai, Rio de la Plata y Tucumán. Buenos Aires, tomo II, 1874.

MÉTRAUX, Alfred - "Ethnography of the Chaco", in: Handbook of South American Indians. Washington, Smithsonian Institution - Bull. 143, vol. I, 1946.

MONTEIRO, John - "Good indians" and "bad indians" in colonial Brazil: cultural and economic determinants of royal policy and private practice in the early eighteenth century. Paper presented to the Latin American Studies Association, México, 1983.

OSBERG, Kalervo - The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, Smithsonian Institution, 1949.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - Do índio ao Bugre. RJ, Ed. Francisco Alves, 1976.

RIBEIRO, Darcy - Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis, Vozes, 1980.

- "Sistema familiar Kadiwéu", in: Revista do Museu Paulista. SP, vol. II, 1947.

RIVASSEAU, Emílio - A vida dos índios Guaicurus - Quinze dias nas suas aldeias (Sul de Mato Grosso). SP, Cia. Ed. Nacional, Brasileira, vol. 60, 1941.

RODRIGUES FERREIRA, Alexandre - Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 1783-1792. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Cultura, 1971.

- "Memória sobre os gentios Guanás e Guaicurús", in: RIHGB, vol. I, 1840.

RODRIGUES DO PRADO, Francisco - "História dos índios Cavalleiros, ou da Nação Guaycuru", in: RIHGB, vol. I, 1840.

SÁNCHEZ LABRADOR, José - El Paraguay Católico. Buenos Aires, 3 vol., 1910.

SCHADEN, Egon - Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heróica de algumas tribos indígenas do Brasil. Sociologia, vol. VII, n. 4, 1945.

SCHMIDEL, Ulrich - Viage al Rio de la Plata (1534-1554). Buenos Aires, 1903.

SEEGER, Anthony & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. - "Terras e territórios indígenas no Brasil", in: Encontros com a civilização brasileira, vol. 12, 1979.

STEINEN, Karl von den - Entre os aborígenes do Brasil Central. SP, Depto. de Cultura, 1940.

SUSNIK, Branislava - Los Aborígenes del Paraguay. Ciclo vital e estrutura social. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", vol. V, 1983.

- Los Aborígenes del Paraguai. Etnologia del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVII). Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", vol. I, 1978.

- Los Aborígenes del Paraguai. Etnohistória de los chaquenos (1650-1910). Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", vol. III, 1981.

TAUNAY, Affonso de E. - História geral das Bandeiras Paulistas - Os primeiros anos de Cuiabá/Mato Grosso. SP, Ed. Museu Paulista, vol. X, 3a. parte, 1949.

- Relatos Monçoeiros. SP, Ed. Itatiaia/Edusp, Col. Reconquista do Brasil, vol. 33, 1981.

- Relatos Sertanistas. SP, Ed. Itatiaia/Edusp, Col. Reconquista do Brasil, vol. 34, 1981.

WILBERT, Johannes and SIMONEAU, Karin (edit.) - Folk Literature of the Caduveo Indians. Los Angeles, UCLA Publications, vol. 71, 1989.

São Paulo, 07 de julho de 1991.

Prezados editores:

Estou encaminhando o artigo sobre os Guaikuru para o volume da Cambridge History. Estarei realizando trabalho de campo junto aos Kadiwéu aproximadamente entre os dias 08/07/91 e 18/07/91 e infelizmente não tive tempo para fazer uma cópia do referido artigo em outro disquete, uma vez que utilizei um de tamanho 3 1/2, não compatível com o equipamento disponível no momento (para disquetes de tamanho convencional). Comprometo-me em providenciar uma cópia em disquete assim que retornar da área e espero poder contar com a compreensão dos senhores.

Evidentemente, o artigo está sujeito a críticas, sugestões e alterações em função do enquadramento aos critérios editoriais adotados. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Jaime G. Siqueira Jr.